Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as divulgações inseridas na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante em R$1.046.215, além dos planos da Administração para cumprimento das obrigações da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado em decorrência da "Covid-19", julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a realização de circularização das operadoras de arrecadação para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de um cálculo de expectativa para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 9 e nº 25 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações, com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.541	Fornecedores	11	90.989
Contas a receber	4	24.083	Empréstimos e financiamentos	12	1.032.744
Estoques	5	12.277	Credor pela concessão		382
Adiantamento a Fornecedores		918	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	13	7.980
Despesas Antecipadas	6	9.333	Impostos, taxas e contribuições	14	12.139
Impostos a recuperar		24	Adiantamento de clientes		33
Outros Ativos		2	Seguros e garantias		119
Total do ativo circulante		105.178	Passivo de arrendamento	16	6.543
			Contas a pagar com partes relacionadas	15	153
			Outras contas a pagar		311
			Total do passivo circulante		1.151.393
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Impostos diferidos	7	432	Passivo de arrendamento	16	9.802
Imobilizado	8	11.568	Provisão para contingência	17	29
Intangível	9	1.535.125	Dividendos	18.b	282
Direito de uso	10	15.993	Total do passivo não circulante		10.113
Total do ativo não circulante		1.563.118			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital Social	18.a	477.357
			Reserva Legal	18.c	1.486
			Reserva Lucros	18.d	27.947
			Total do patrimônio líquido		506.790
TOTAL DO ATIVO		1.668.296	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.668.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	19	596.286
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(476.061)
LUCRO BRUTO		120.225
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas operacionais	20	(35.114)
Outras receitas operacionais, liquidas		127
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		85.238
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	21	5.970
Despesas financeiras	21	(46.473)
		(40.503)
LUCRO DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		44.735
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(15.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	432
LUCRO DO PERÍODO		29.715
Lucro por ação - básico e diluído	22	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2020
LUCRO DO PERÍODO	29.715
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	29.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

		Capital Social		Lucro	Reservas		
	Nota	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total
SALDO EM 27/01/2020		-	-	-	-	-	-
Capital Social	18.a	1.400.000	(922.643)	-	-	-	477.357
Lucro do período		-	-	29.715	-	-	29.715
Reservas	18.c / 18.d	-	-	(29.433)	1.486	27.947	-
Dividendos obrigatório (R$0,06 por ação)	18.b	-	-	(282)	-	-	(282)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do período		29.715
Ajustes:		
Depreciação e amortização	20	32.564
Juros sobre contratos de arrendamentos	16	616
Impostos diferidos	7	(432)
Provisão para contingência	17	29
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	38.111
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	4	(24.083)
Estoques	5	(12.277)
Impostos a recuperar		(24)
Adiantamento a fornecedores		(918)
Despesas antecipadas	6	(9.333)
Outros ativos		(2)
Fornecedores	11	90.989
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	13	7.980
Credor pela concessão - Ônus de Fiscalização		382
Impostos, taxas e contribuições	14	12.139
Contas a pagar com partes relacionadas	15	153
Outras contas a pagar		425
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	16	(616)
Caixa liquido gerado pelas atividades de operacionais		64.815
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	8	(12.844)
Aquisições de intangível	9	(1.562.980)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.575.824)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos, líquido do custo de captação	12	994.633
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	16	(3.043)
Integralização de Capital	18.a	477.357
Caixa liquido gerado pelas atividades de financiamento		1.468.947
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		58.541
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	58.541
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		58.541

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2020
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio e acessórias	19	232.290
Com construção	19	383.992
Outras receitas		127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	432
		616.841
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo/Despesa operacionais		(396.314)
Serviços terceiros, seguros e outros		(48.300)
Poder concedente	20	(3.478)
Valor adicionado (consumido) bruto		168.749
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	20	(32.564)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia		136.185
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	21	5.970
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		142.155
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR CONSUMIDO		
Pessoal:		
Proventos		17.247
Benefícios		5.534
Encargos sociais e trabalhistas		5.726
Outros encargos		755
	20	29.262
Remuneração de capitais a terceiros:		
Juros sobre empréstimo	21	38.111
Despesas financeiras	21	8.362
Aluguéis	20	1.257
		47.730
Governo:		
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	15.452
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	19	11.516
Programa de Integração Social (PIS)	19	1.510
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	19	6.970
		35.448
Atribuído aos acionistas:		
Lucro do período		29.715
		29.715
Valor consumido		142.155

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba--Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 – Pista Sul – Itirapina – SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. Além disso, está instalando as demais praças de pedágio no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos em infraestrutura e tecnologia na ordem de R$14,1 bilhões (base junho de 2020), ao longo dos 30 anos de concessão. Serão duplicados 535 quilômetros de rodovias, além da construção de 72 km contornos rodoviários, acostamentos, vias marginais, áreas de descanso para caminhoneiros e ciclovias.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

1.1. Situação econômica e financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras apresentam capital circulante negativo de R$1.046.215 em 31 de dezembro de 2020.

Como parte das garantias oferecidas para as notas promissórias, há vinculação do aporte de capital para a quitação deste financiamento, caso não haja recurso suficiente para a sua quitação.

Em adição a Administração está trabalhando para a captação de recursos via emissão de debêntures no total de R$ 485.000 e firmou contrato de financiamento de obra junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R$ 3.000.000 cuja expectativa da primeira liberação ocorra até setembro de 2021, na ordem de R$ 985.000, para investimento.

1.2. Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

   A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

   O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

   A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

   Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente.

i) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.

- Com relação aos tributos a recolher, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ambas competências maio de 2020 com vencimento postergado para novembro de 2020, e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para agosto, outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 3 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020.

ii) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

- Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Neste momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de créditos esperados.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

2.6.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

2.7. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2020.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, “O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada” e ainda “O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.15. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.16. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

A Companhia não reconheceu neste período a provisão para manutenção, por estar atendendo às condições iniciais de operação.

2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

2.18. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.19. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.22. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

2.23. Adoção de pronunciamentos e interpretações do IFRS (novos e revisados)

Normas novas e revisadas aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 3 (CPC 15)	Definição de Negócios
Alterações à IAS 1 e IAS 8 (CPC 26 e 23)	Definição de Material
Estrutura Conceitual (CPC 00)	Estrutura Conceitual nas Normas IFRSs

A alteração apresentada a seguir entrou em vigor recentemente e é aplicável para as demonstrações financeiras da Companhia. no entanto, as alterações identificadas na referida norma não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 16 / CPC 06(R2)	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, uma vez que ainda não tem sua adoção mandatória.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2021
Alterações no CPC 36(R3)/ IFRS 10 e no CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020
Caixa	1.832
Bancos	4.438
Aplicações financeiras (i)	52.271
Total (ii)	58.541

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

(i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média de 99% em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	23.312
Receitas acessórias	771
Total	24.083
A vencer	24.083
Total	24.083

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

5. ESTOQUES

Os estoques em 31 de dezembro de 2020 estão representados por:

	31/12/2020
Material para sinalização	6.031
Dispositivos de segurança	4.785
Materiais para manutenção civil e elétrica	919
Outros	542
Total	12.277

Em 31 de dezembro de 2020 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2020
Seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 24)	3.841
Custos a apropriar	5.492
Total	9.333

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2020
Imposto de renda diferido	318
Contribuição social diferida	114
Total	432
2021	330
2022	40
Após 2023	62
Total	432

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas têm as seguintes origens:

	31/12/2020
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	29
Provisão de fornecedores	852
Arrendamento Mercantil - IFRS16	389
Base de cálculo total	1.270
Taxa combinada de impostos	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	432

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.735
Alíquota vigente	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	15.210
Ajustes para a alíquota efetiva:	
Outras diferenças permanentes	(190)
Imposto contabilizado	15.020
Imposto de renda e contribuição social diferido	432
Imposto de renda e contribuição social corrente	(15.452)

8. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Adições	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Depreciação acumulada								
Adições	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Taxas anuais de depreciação (%)	10	20	20	20	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2020, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das notas promissórias ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificasse o teste para a data base 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

9. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Adições	240.771	184.523	1.136.335	1.351	1.562.980
Transferências/reclassificações	(46.106)	46.108	-	(2)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	194.665	230.631	1.136.335	1.349	1.562.980
Amortização acumulada					
Adições	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	194.665	224.885	1.114.240	1.335	1.535.125
Taxas anuais de amortização - % (a)					

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 25.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificasse o teste para 31 de dezembro de 2020.

10. DIREITO DE USO

	Novas aquisições	Depreciações	Valor líquido de baixas	31/12/2020
Equipamentos operacionais	1.262	(153)	-	1.109
Instalações e Edificações	2.639	(367)	(162)	2.110
Veículos	15.687	(2.913)	-	12.774
Total	19.588	(3.433)	(162)	15.993

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

11. FORNECEDORES

	31/12/2020
Fornecedores – Obras	85.458
Fornecedores – Serviços	5.531
Total	90.989

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e reduzido dos custos de captação a amortizar (notas promissórias e financiamento BNDES), conforme abaixo:

	31/12/2020
Principal – Notas Promissórias	1.000.000
Remuneração (juros) – Notas Promissórias	38.111
Custos de captação (líquido da amortização) – Notas Promissórias	(5.367)
Total Circulante	1.032.744

A movimentação detalhada está a seguir:

Descrição	Captação do Principal	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (amortizado)	Saldo em 31/12/2020
Notas Promissórias	1.000.000	38.111	(5.367)	1.032.744

a) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de notas promissórias, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R$2.000, sob as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21” disponibilizado para consulta em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

As garantias reais são:

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: foram serão cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário:

(i) todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão ("Recebíveis").

(ii) todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis ("Contas Cedidas"), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão").

(iii) todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo").

(iv) todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as "Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora"), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um "Contrato de Cessão Fiduciária" e, todos em conjunto, os "Contratos de Cessão Fiduciária").

(v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações ("Alienação Fiduciária das Ações da Emissora" e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as "Garantias Reais"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária" e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os "Contratos de Garantia Real").

Nos termos da Cártula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos conversíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares ("Alienação Fiduciária de Ativos"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos").

Não há cláusulas de "covenants" financeiros sobre as notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

13. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2020
Salários e honorários	390
Encargos sociais e previdenciários	1.287
Provisão de férias	2.785
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	3.518
Total	7.980

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2020
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.312
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre Lucro Líquido - CSLL	5.261
Imposto sobre Serviços - ISS	1.775
Impostos federais terceiros	1.230
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	943
Imposto sobre Serviços - ISS terceiros	1.618
Total	12.139

15. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Parte Relacionada (*)	Transação (**)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Resultado Despesa
Concessionária Auto Raposo Tavares S. A.	Compartilhamento de Despesas	132	135	3
Entrevias Concessionária de Rodovias S. A.	Compartilhamento de Despesas	128	163	35
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de Despesas	-	115	115
		260	413	153

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 10 de agosto de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2020 em até R$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2020, foram pagos R$1.519 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa de 6,09% a.a. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

Adições	19.588
Baixas	(200)
Juros provisionados	616
Pagamento de juros	(616)
Pagamento de principal	(3.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.345
Circulante	6.543
Não circulante	9.802

A realização do não circulante dar-se-á da seguinte forma:

2022	5.345
2023	3.221
2024	566
2025	202
2026 em diante	468
Total	9.802

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2020
Provisão para contingência – ação cível	29
Total	29

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$477.357, representado por 477.357 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	477.357	100

b) Dividendos mínimo obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do período, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao período de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do período	29.715
(-) Constituição de reserva legal	(1.486)
(=) Lucro líquido ajustado	28.229
Dividendo mínimo obrigatório – 1%	282

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2020 foi constituído como reserva legal o montante de R$1.486.

d) Reserva de retenção de lucros:

Do saldo total de 31 de dezembro de 2020, o montante de R$27.947, resultado da destinação do lucro líquido do período de 2020, após a constituição de Reserva Legal e do dividendo mínimo obrigatório, foi destinado a reserva de lucros para a aplicação em investimentos previstos no contrato da concessão e reforço do capital de giro.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio	231.390
Receita com construção	383.992
Receita acessória (a)	900
Receita bruta	616.282
Deduções de receita	(19.996)
Receita líquida	596.286

a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2020
Base de cálculo de impostos	
Receitas com serviços	232.290
Deduções	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(6.970)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.510)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(11.516)
Deduções da receita	(19.996)

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/20200
Custo dos serviços prestados:	
Custo de Construção	(383.992)
Pessoal	(17.148)
Conservação e manutenção	(7.668)
Serviços de terceiros (*)	(26.883)
Seguros	(4.582)
Depreciações e amortizações	(29.077)
Poder concedente	(3.478)
Locações de imóveis e máquinas	(1.156)
Outras despesas operacionais	(2.077)
Total	(476.061)

	31/12/20200
Despesas operacionais:	
Provisão para Contingências	(29)
Pessoal	(12.114)
Conservação e manutenção	(1.711)
Serviços de terceiros	(16.806)
Depreciações e amortizações	(3.487)
Locações de imóveis e máquinas	(101)
Outras despesas operacionais	(866)
Total	(35.114)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020
Receitas financeiras:	
Receita de aplicações financeiras	5.954
Outros	16
Total	5.970
Despesas financeiras:	
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(38.111)
Amortização de custos com emissão das Notas Promissórias	(6.708
Juros de arrendamento	(616)
Despesas bancárias	(598)
Outras despesas financeiras	(440)
Total	(46.473)
Resultado financeiro líquido	(40.503)

22. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2020
Lucro básico por ação:	
Lucro líquido do período	29.715
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	477.357
Lucro básico por ação	0,06

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e notas promissórias circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:	31/12/2020
Dívida (i)	1.038.111
Caixa e equivalentes de caixa	(58.541)
Dívida líquida	979.570
Patrimônio líquido (ii)	506.790
Índice de endividamento líquido	1,93

(i) A dívida é definida por notas promissórias (excluindo o custo de captação) captadas junto ao mercado, circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020, conforme quadro a seguir:

		31/12/2020
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	58.541
Contas a receber	Custo amortizado	24.083
Passivos:		
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	90.989
Notas promissórias (iii)	Custo amortizado	1.038.111
Passivo de arrendamento	Custo ajustado a valor presente	16.345

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de equivalentes de caixa são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

(ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os valores justos das notas promissórias aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 4, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021
1ª Emissão de notas promissórias	CDI + 2,5% a.a.	1.038.111

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2020. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias contratados pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados:

		Saldo	Juros a incorrer		
Operação	Risco	31/12/2020	Cenário I - provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Correção monetária sobre as notas promissórias	Redução do CDI	1.038.111	20.762	15.572	10.381
Rendimento de aplicação financeira	Redução do CDI	52.271	1.045	784	523

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	2,00%	1,50%	1,00%

(a) Refere-se à meta SELIC para 2021. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br.

24. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2020, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2021
Riscos nomeados e operacionais	215.500	Até julho de 2021
Veículos – frota	22.205	Até julho de 2021
D&O	40.000	Até agosto de 2021
Risco de engenharia	280.932	Até junho de 2021
Seguro garantia	1.524.299	Até junho de 2021
Fiança Locatícia	808	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	20.000	Até setembro de 2021

25. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 15 de maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Internacional nº 01/2019 para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R$1.136.334 e foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5%) desde o início da cobrança do pedágio e outorga variável (7%), esta última sendo paga a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A base de cálculo destas obrigações é a receita bruta (receita tarifária bruta + receita acessória bruta).

A data de início da operação se deu em 04 junho de 2020 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jau. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários – SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos Sociambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio ("wi-fi") que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

26. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No primeiro ano do projeto, a Companhia deverá investir aproximadamente R$747 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2020 e maio de 2021. Os investimentos do primeiro ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Inicial, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em veículos, equipamentos e tecnologia, reforma e construção das edificações operacionais.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de Debêntures – partes relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R$1 e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1, em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em 15 de janeiro de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$285.000 em janeiro de 2021, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Acordo firmado com a empresa Soluções em Engenharia, Montagens e Construções Ltda – "SEMCO"

Em função da rescisão unilateral pela SEMCO, realizado no dia 9 de fevereiro de 2021 e conforme discussões entre as partes quanto ao avanço físico-financeiro das obras de construção das praças de pedágio, no dia 12 de março de 2021 as resolvem extinguir, em comum acordo, a relação contratual.

O acordo prevê o pagamento de até R$8.000, sendo R$3.500 diretamente à SEMCO e o restante, limitado à R$4.500 com pagamento direto aos ex-colaboradores.

As partes dão a mais plena, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos referidos valores, para todos os fins de direito, para nada mais reivindicar, pleitear e requerer, em juízo ou fora dele, inclusive em sede administrativa e de arbitragem, sob qualquer título ou pretexto, judicial ou extrajudicialmente, uma da outra, com efeitos imediatos a partir do ato de assinatura do acordo.

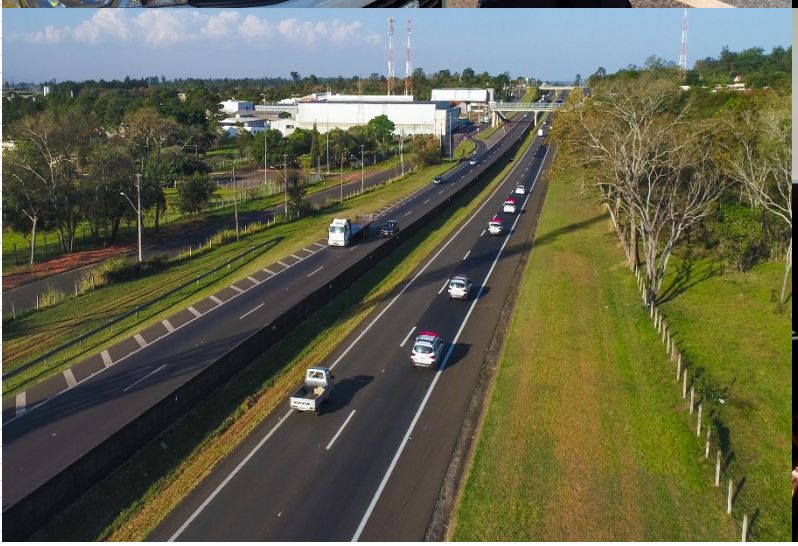
28. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	31/12/2020
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	19.588
Receita de construção	19	383.992
Custo de construção	20	(383.992)

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 25 de março de 2021, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

2020

Itirapina, 25 de março de 2021.

A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., divulga os resultados do exercício de 2020.

Não foram realizadas comparações com o mesmo período de 2019 pois a concessionária iniciou as suas operações em 04 de junho de 2020.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das demonstrações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente.

i. Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:
   - Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
   - Com relação aos tributos a recolher, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ambas competências maio de 2020 com vencimento postergado para novembro de 2020, e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para agosto, outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020.

ii. Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.
   - Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Neste momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	Jun-Dez20	Jun-Dez19[3]	▲
VEPs[1]	**32.724**	**33.036**	**-0,9%**
Veículos Leves	10.308	12.329	-16,4%
Veículos Pesados	22.416	20.708	8,2%
Tráfego[2]	**16.029**	**17.668**	**-9,3%**
Veículos Leves	10.593	12.533	-15,5%
Veículos Pesados	5.349	4.863	10,0%
Veículos Isentos	86	272	-68,3%
Tarifa Média (R$)	**7,05**	**7,98**	**-11,8%**

[1] *VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo*

[2] *Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia*

[3] *Tráfego realizado no período da concessão da Centrovias.*

O tráfego de 2019 refere-se ao reconhecido pela Centrovias, concessão anterior à EIXO SP.

Com a celebração do contrato de concessão com a EIXO SP, houve redução na tarifa média em 11,7%.

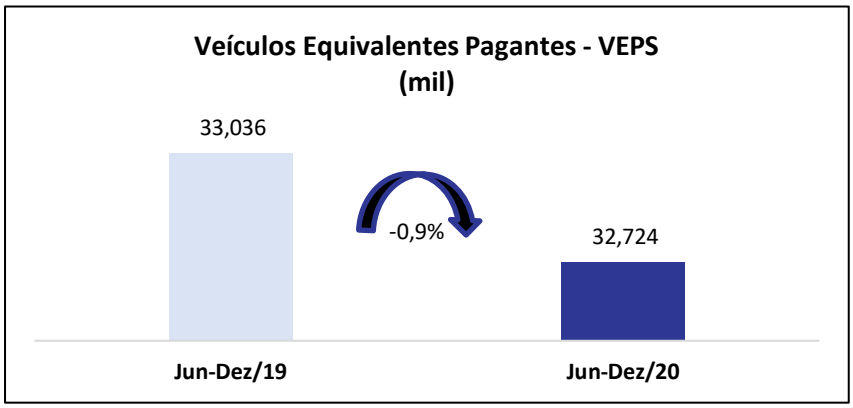
Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/20 sobre Jan-Dez/19: Brasil	-17,1%	-1,4%	-13,3%
Acumulado Período Concessão[3] (Jun-Dez/20 sobre Jun-Dez/19: Brasil	-13,5%	2,1%	-9,7%
Acumulado do 4º Trimestre (Out-Dez/20 sobre Out-Dez/19: Brasil	-6,9%	4,2%	-4,2%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

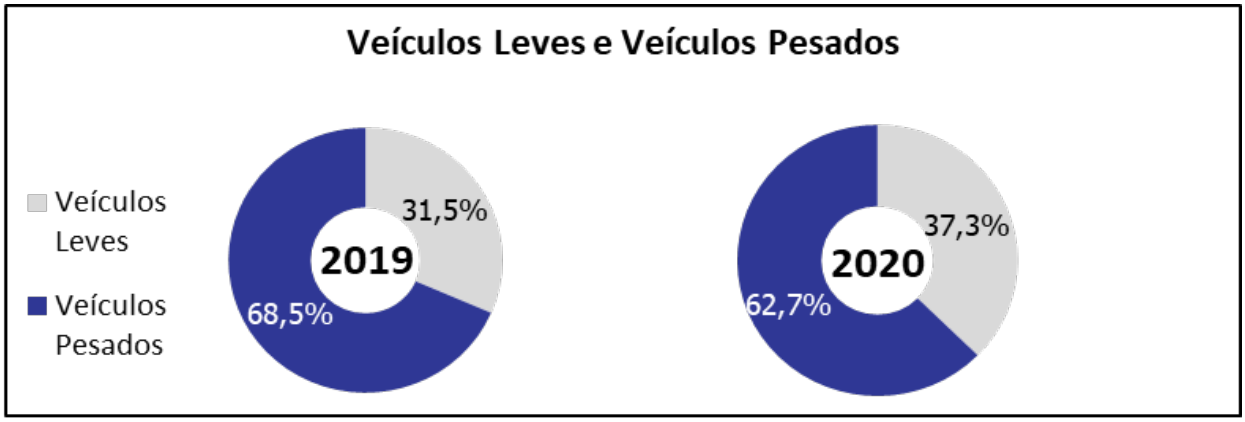
[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http://www.abcr.org.br

[3] Considera somente o período em que a Concessionária iniciou as suas operações.

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram uma redução de 13,3% no fluxo total de veículos no exercício de 2020. Destaque para a queda de 17,1% em veículos leves, impactados pelos efeitos da COVID-19 no cenário mundial.



No período de Junho – Dezembro de 2020, as 5 praças de pedágio da EIXO registraram 32,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), uma redução de 0,9% na comparação com o mesmo período de 2019. A performance de veículos pesados representa cerca de 69% do tráfego e apresentaram crescimento de 8,2%. Em veículos leves o resultado foi negativo, com queda de 16,4% no mesmo período comparado a 2019. Todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela EIXO foram diretamente impactados pelos efeitos na COVID-19.



O tráfego de 2019 refere-se ao reconhecido pela Centrovias, concessão anterior à EIXO SP.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R$ Mil)	2020
Receita Bruta	**616.282**
Receita com Pedágio	231.390
Receitas Acessórias	900
Receita de Construção (IFRS)	383.992
Receita Bruta Ajustada[1]	**232.290**
Deduções da Receita Bruta	(19.996)
Receita Líquida Ajustada[1]	**212.294**

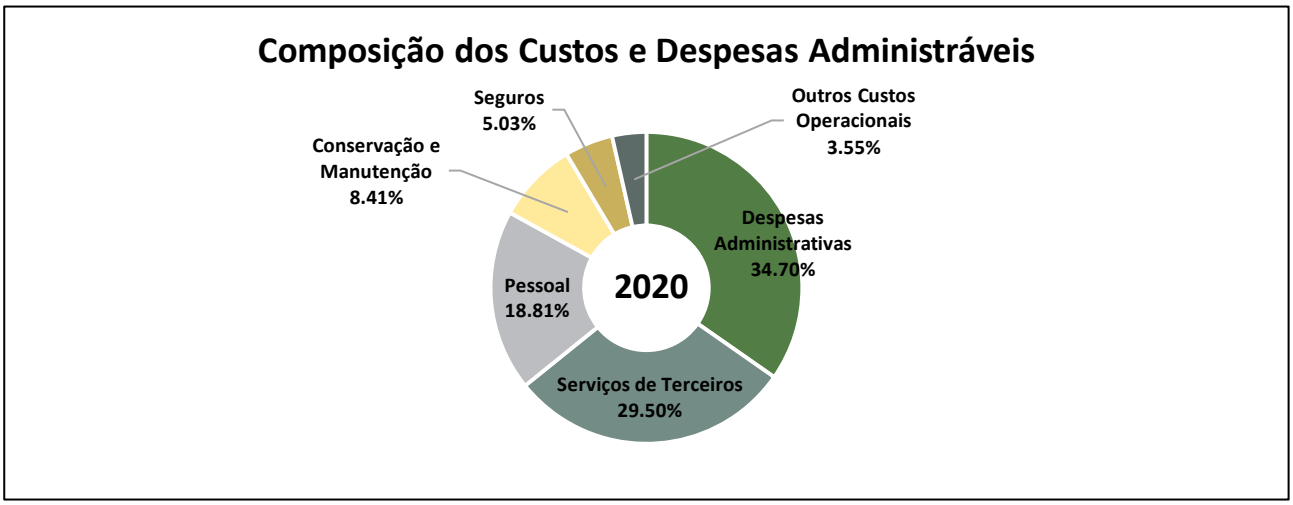
[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R$ Mil)	2020
Pessoal	(17.148)
Conservação e Manutenção	(7.668)
Serviços de Terceiros	(26.883)
Seguros	(4.582)
Outros Custos Operacionais	(3.233)
Despesas Administrativas	(31.627)
Custos e Despesas Administráveis	**(91.141)**
Ônus de Fiscalização	(3.478)
Depreciação e Amortização	(32.564)
Custos e Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(127.183)**
Custo de Construção (IFRS)	(383.992)
Custos e Despesas Operacionais	**(511.175)**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *business plan* da EIXO.



EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	2020
Lucro Líquido	**29.715**
Resultado Financeiro Líquido	(40.503)
IRPJ & CSLL	(15.020)
Depreciação & Amortização	(32.564)
EBITDA ICVM 527	**117.802**
Margem EBITDA	**19,76%**
Receita de Construção (IFRS)	**383.992**
Custo de Construção (IFRS)	**(383.992)**
EBITDA Ajustado[1]	**117.802**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**55,49%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ Mil)	2020
Resultado Financeiro	**(40.503)**
Receitas Financeiras	**5.970**
Juros sobre Aplicações Financeiras	5.954
Outros	16
Despesas Financeiras	**(46.473)**
Juros	**(38.111)**
Outros	(8.362)

Inflação e Juros	2020
IPCA Últimos 12 Meses	4,52%
CDI Final do Período	2,75%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	2,75%
TJLP Final do Período	4,55%
TJLP Média Últimos 12 meses	4,87%

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas

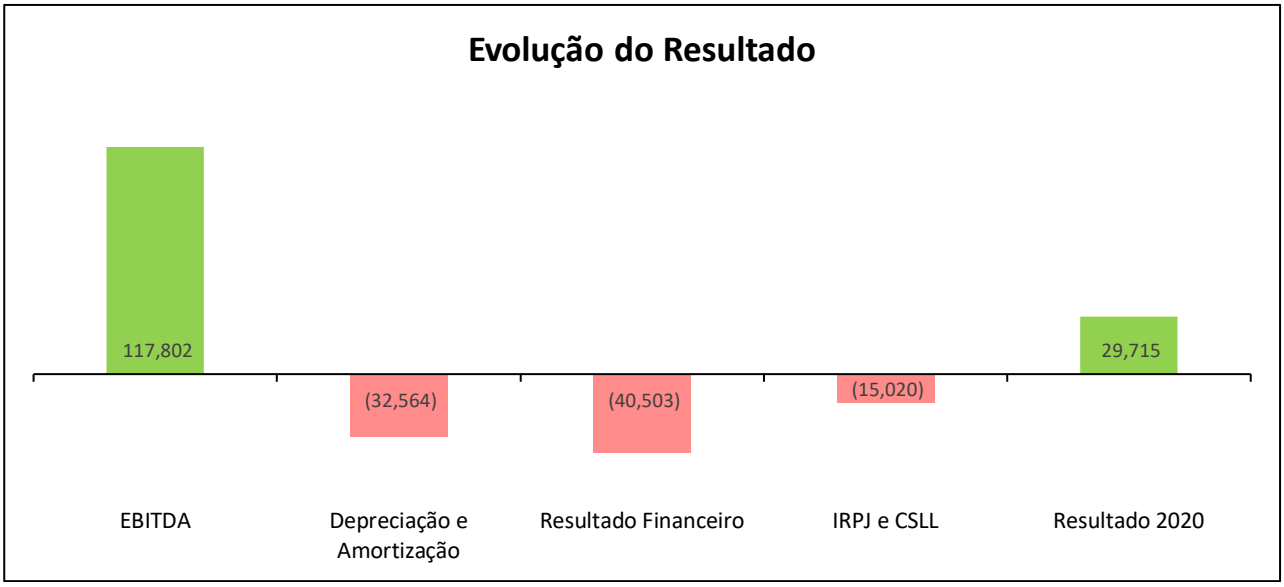
https://calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R$ Mil)	2020
Lucro do Exercício	29.715

O resultado do exercício de 2020 foi de Lucro Líquido de R$ 29,7 milhões.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R$ Mil)	2020
Dívida Bruta	**(1.038.111)**
Curto Prazo	**(1.038.111)**
Empréstimos e Financiamentos	(1.038.111)
Longo Prazo	**-**
Empréstimos e Financiamentos	-
Disponibilidades	**58.541**
Caixa e Equivalente de Caixa	58.541
Dívida Líquida Ajustada	**(979.570)**

A Dívida Bruta está 100% indexa pelo CDI.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ Mil)	2020
Investimento Total	**1.546.693**
Imobilizado	11.568
Intangível	**1.551.118**
Direito de Concessão (Investimento)	1.535.125
Direito de Uso	15.993
(-) Transação Não Caixa	**(15.993)**

Os investimentos realizados no exercício de 2020 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Inicial, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em veículos, equipamentos e tecnologia, reforma e construção das edificações operacionais.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO

A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 04 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. Além disso, está instalando as demais praças de pedágio no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos em infraestrutura e tecnologia na ordem de R$ 14,1 bilhões (base junho de 2020), ao longo dos 30 anos de concessão. Serão duplicados 535 quilômetros de rodovias, além da construção de 72 km contornos rodoviários, acostamentos, vias marginais, áreas de descanso para caminhoneiros e ciclovias.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R$ Mil)	2020
Receita Bruta	**616.282**
Receitas com Pedágio	231.390
Receitas Acessórias	900
Receita de Construção (IFRS)	383.992
Deduções da Receita	(19.996)
Receita Líquida	**596.286**
Custos & Despesas	**(511.048)**
Pessoal	(17.148)
Conservação & Manutenção	(7.668)
Serviços de Terceiros	(26.883)
Seguros	(4.582)
Outros Custos Operacionais	(3.233)
Ônus de Fiscalização	(3.478)
Despesas Administrativas	(31.627)
Custos de Construção (IFRS)	(383.992)
Depreciação & Amortização	(32.564)
Outras receitas operacionais líquidas	127
Resultado Operacional	**85.238**
Resultado Financeiro	**(40.503)**
Receitas Financeiras	**5.970**
Juros sobre Aplicações Financeiras	5.954
Outros	16
Despesas Financeiras	**(46.473)**
Juros	(38.111)
Outros	(8.362)
Resultado Antes dos Impostos	**44.735**
IRPJ & CSLL	**(15.020)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	432
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(15.452)
Lucro do Exercício	**29.715**

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R$ Mil)	2020
Ativo Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	58.541
Créditos a Receber	24.083
Estoques	12.277
Adiantamentos a Fornecedores	918
Despesas Antecipadas	9.333
Impostos a Recuperar	24
Outros Ativos	2
Total do Circulante	**105.178**
Ativo Não Circulante	
Impostos Diferidos	432
Imobilizado	11.568
Intangível	1.535.125
Direito de Uso	15.993
Total do Não Circulante	**1.563.118**
Total do Ativo	**1.668.296**

Passivo (R$ Mil)	2020
Passivo Circulante	
Empréstimos e financiamentos	1.032.744
Fornecedores	90.989
Credor pela concessão	382
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	7.980
Impostos, taxas e contribuições	12.139
Adiantamento de clientes	33
Seguros e garantias	119
Passivo de arrendamento	6.543
Contas a pagar com partes relacionadas	153
Outras contas a pagar	311
Total do Circulante	**1.151.393**
Passivo Não Circulante	
Passivo de arrendamento	9.802
Provisão para contingência	29
Dividendos	282
Total do Não Circulante	**10.113**
Total do Passivo	**1.161.506**
Patrimônio Líquido	
Capital Social	477.357
Reserva Legal	1.486
Reserva de Lucros	27.947
Total do Patrimônio Líquido	**506.790**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.668.296**

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.